



## MAQUIAVELISMO: A TEORIA E O ADJETIVO

Ricardo Luiz de Souza\*

Centro Universitário de Sete Lagoas – UNIFEMM

[riclsouza@uol.com.br](mailto:riclsouza@uol.com.br)

**RESUMO:** A teoria política criada por Maquiavel possui fundamentos morais que conferem, a ela, um sentido profundamente inovador. Meu objetivo é estudar a relação entre política e moral estabelecida pelo autor, pensando como a questão ética, para além do senso comum, adquire importância fundamental no pensamento do autor, que buscou construir uma moral leiga, voltada para a busca de eficiência, mas, também, para a preservação do bem público.

**PALAVRAS-CHAVE:** Moral – Estado – Modernidade

**ABSTRACT:** The political theory created by *Maquiavel* has a moral statement that confers to it a deeply innovative direction/ sense. My objective is to study the relation between politics and moral established by the author, being thought as the ethical question, for beyond the common sense, acquires fundamental importance in the thought of the author, who searched to construct an unknown moral, that is toward to the efficiency search, but, also, for the preservation of the public's good.

**KEYWORDS:** Moral – State – Modernity

A teoria criada por Maquiavel – ao mesmo tempo ética, histórica, política – situa-se no pórtico da modernidade ao propor uma moral desvinculada de princípios religiosos e ao refletir sobre o Estado como uma entidade necessariamente dotada de autonomia. Mas ela, em termos éticos, transformou-se em adjetivo: maquiavélico, sinônimo de perverso, calculista, amoral. Refletir sobre a perversidade de Maquiavel é, porém, um exercício pueril, por confundir o médico com o tratamento. Maquiavel constata a existência do mal no mundo, reconhece o egoísmo como elemento constituinte da condição humana e postula uma prática política que permita ao governante lidar com o egoísmo de seus governados da melhor maneira possível para os interesses do Estado. Limita-se a isso.

---

\* Possui graduação em Ciências Sociais – UFMG (1987), mestrado em Sociologia – UFMG (2001) e doutorado em História – UFMG (2006). Professor do CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SETE LAGOAS – UNIFEMM.

O pessimismo maquiavélico guarda ressonâncias da doutrina cristã. É como se o mal, derivado do pecado original, tivesse marcado indelevelmente o coração humano. Com isso, o homem, para Maquiavel, tende à maldade. Resta agir a partir de tal tendência, fundamentando a ação política em um pessimismo de caráter antropológico que a dissocie dos valores morais predominantes em seu tempo.

Os princípios morais e políticos de Maquiavel derivam, assim, de um pessimismo que o leva a constatar: “Como demonstram todos os que escreveram sobre política, bem como numerosos exemplos históricos, é necessário que quem estabelece a forma de um Estado, e promulga suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando disposto a agir com perversidade sempre que haja ocasião”.<sup>1</sup> Por isso, o medo e não o amor é o caminho mais seguro para assegurar a permanência do poder:

[...] e os homens hesitam menos em ofender aos que se fazem amar do que aos que se fazem temer, porque o amor é mantido por um vínculo de obrigação, o qual, devido a serem os homens pérfidos, é rompido sempre que lhes aprouver, ao passo que o temor que se infunde é alimentado pelo receio de castigo, que é um sentimento que não se abandona nunca.<sup>2</sup>

Do pessimismo de Maquiavel derivam, portanto, conclusões políticas sublinhadas com precisão por Sérgio Buarque, quando este afirma:

Nem falta quem, como Maquiavel, chegue a aceitar, sem ilusões, o mundo como é, imaginando uma ordem civil edificada sobre esse material imprestável que são os homens, de sorte que a velha ruindade venha a sujeitar-se a novas leis que a neutralizem, num verdadeiro equilíbrio de egoísmos, e que do próprio mal possa brotar o bem, com o soldar-se dos indivíduos corruptos no Estado forte.<sup>3</sup>

Partindo do comentário de Sérgio Buarque, é como se uma mão invisível – para usar uma expressão que seria criada séculos depois – estivesse orientando as ambições individuais no sentido do bem comum. Mas, ao invés da mão invisível, surge a figura do príncipe, cuja função é coagir e orientar tais ambições.

Malefijt menciona, entre as principais características do ser humano mencionadas por Maquiavel, a ambição e a credulidade. É a partir delas, pelo menos, que o príncipe deve estabelecer regras de conduta, tomando como base seu

<sup>1</sup> MAQUIAVEL. **Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 29.

<sup>2</sup> Id. **O Príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 70.

<sup>3</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**. São Paulo: Nacional, 1977, p. 184.

conhecimento da natureza humana e das motivações do homem.<sup>4</sup> Mas Maquiavel não deixa de mencionar outras características humanas a serem levadas em consideração. Ele tem em pouca conta, por exemplo, a capacidade de discernimento humana, afirmando: “E tão simples são os homens, e obedecem tanto às necessidades presentes, que aquele que engana sempre encontrará quem se deixe enganar”.<sup>5</sup> Da mesma forma, define como defeitos naturais do homem o viver apegado a seu cotidiano, recusando-se a aceitar coisas que poderiam ocorrer de modo diferente; e outro, perceber, no ser humano, uma constância e irregularidade inexistentes.<sup>6</sup> E por fim, segundo ele, se dez vezes um homem age como um homem de bem, e em uma ocasião ele comete algum erro, o erro irá trazer desonra e apagar da memória todos as ocasiões anteriores.<sup>7</sup> Tais constatações geram conseqüências a serem levadas em conta, por exemplo, no terreno militar, fazendo com que Maquiavel veja as virtudes militares como algo a ser construído, não como algo inato. Para ele, “[...] a natureza não faz muitos homens bravos; a aplicação e o exercício, sim”.<sup>8</sup>

O pessimismo de Maquiavel o diferencia, segundo Skinner, dos primeiros teóricos republicanos, como Bruni, que possuíam uma visão relativamente otimista da natureza humana.<sup>9</sup> E isto porque ele recusa qualquer noção de justiça natural. Se a humanidade vivesse em condições históricas ideais, tal justiça seria possível, mas como ela vive em tempos históricos concretos, ela torna-se inviável.<sup>10</sup> Mas, em relação a tal pessimismo, podemos assinalar perspectivas contrastantes. Segundo Garin, a miséria do homem como um dado permanente é um fator que fundamenta o pessimismo de Maquiavel.<sup>11</sup> Já Romero coloca a seguinte questão: a natureza do homem é má, ou ele apenas segue impulsos egoístas, capazes de serem mantidos sob controle pela ação estatal? Maquiavel, acentua ele tende a inclinar-se para a segunda alternativa.<sup>12</sup>

<sup>4</sup> Cf. MALEFIJT, Annemarie de Waal. **Imágenes del hombre**: historia del pensamiento antropológico. Buenos Aires: Amorrortu, 1983, p. 52.

<sup>5</sup> MAQUIAVEL. **O Príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 74.

<sup>6</sup> Cf. Id. **Epistolario, 1512-1527**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 117.

<sup>7</sup> Cf. *Ibid.*, p. 298.

<sup>8</sup> Id. **A arte da guerra e outros ensaios**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 37.

<sup>9</sup> Cf. SKINNER, Quentin. Political philosophy. In: SKINNER, Quentin; KESSLER, Richard. (Ed.). **The Cambridge history of Renaissance Philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 439.

<sup>10</sup> Cf. PAREL, Anthony J. Human motions and celestial motions in Machiavelli's historiography. In: MARCHAND, Jean-Jacques. (Cur.). **Niccoló Machiavelli**. Politico. Storico. Literario. Roma: Salerno Editrice, 1996, p. 538.

<sup>11</sup> Cf. GARIN, Eugenio. **Machiavelli fra politica e storia**. Torino: Einaudi, 1993, p. 16.

<sup>12</sup> Cf. ROMERO, José Luis. **Maquiavelo historiador**. Buenos Aires: Signos, 1970, p. 70.

O pessimismo de Maquiavel o coloca em confronto inevitável com certos princípios cristãos. Ele recusa, assim, o que Hannah Arendt chama de “conceito cristão de uma bondade absoluta que não é deste mundo” precisamente, segundo a autora, por não ser deste mundo; inútil, portanto, no âmbito da política.<sup>13</sup> Formula-se, portanto, uma crítica que Maquiavel dirige à pretensão dos moralistas cristãos, que buscavam impor uma moral, vista por ele como abstrata, como medida do comportamento humano.<sup>14</sup> E, em oposição a tal mentalidade, temos, no autor, uma paixão patriótica que é posta por ele acima dos preceitos tradicionais da moral e da religião.<sup>15</sup> Trata-se de um sentimento de novo tipo, característico de um novo tempo, no qual razões de Estado eram tidas, por patriotas como Maquiavel, como prioritárias em relação ao universalismo cristão.

A vida profana deve ser estudada a partir de seus próprios fundamentos, necessariamente desvinculados da esfera religiosa. Cria-se uma narrativa histórica que não leva em conta eventuais interferências divinas, de modo que, quando Deus é mencionado na *História de Florença*, Maquiavel o faz quase sempre a partir de opiniões e comentários de personagens da narrativa, e não diretamente. E também a atividade política ganha autonomia em relação a critérios religiosos, o que o faz lamentar a influência clerical sobre a esfera política italiana, mas com um adendo: se a Igreja, ou o modelo de homem por ela defendido perverteu os italianos, outra consequência, não necessariamente negativa para a instituição, é sublinhada por ele: “[...] para Niccoló, o fato de que a Igreja seja capaz disso mostra a sua importância para o Estado”.<sup>16</sup>

## II

O conceito de moral, em Maquiavel, está diretamente ligado aos conceitos de fortuna e *virtú*. Fortuna é o acaso, a sorte, o destino, que não surge, porém, como fator inexorável. *Virtú* é a capacidade de domá-lo, de construí-lo favoravelmente aos desígnios do ator político. É a capacidade de fazer com que o acaso seja transformado em uma sucessão de eventos favoráveis, sendo pensada, ao mesmo tempo, como flexibilidade, capacidade de adaptar-se à fortuna, e ousadia, capacidade de sobrepor-se a

<sup>13</sup> Cf. ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 182

<sup>14</sup> Cf. BIGNOTTO, Newton. As fronteiras da ética: Maquiavel. In: NOVAES, Adauto. (Org.). **Ética**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 117

<sup>15</sup> Cf. LARIVAILLE, Paul. “Amo la patria mia piú dell’anima”. La passione per Firenze nella genesi del Principe e dei Discorse. In: MARCHAND, Jean-Jacques. (Cur.). **Niccoló Machiavelli**. Politico. Storico. Literario. Roma: Salerno Editrice, 1996, p. 98.

<sup>16</sup> Cf. DE GRAZIA, Sebastian. **Maquiavel no inferno**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p.112

ela. Moral é o conjunto de princípios que devem nortear a ação do indivíduo no confronto entre a *virtú* e a fortuna. E, testemunha deste confronto, Maquiavel sonha com um mundo inteiramente regido pela razão; um mundo técnico, mas que é assombrado, na vida real, pela fortuna.

É possível comparar a *virtú* maquiavélica com a submissão de Pascal, que, segundo Magnard, prefere submeter-se a uma ordem natural e humana desconcertante, por ser esta a ordem criada por Deus para punir os homens por seus pecados.<sup>17</sup> E Pascal escreve, ainda, como o faria Maquiavel, ao afirmar: “A justiça sem a força será contestada, porque há sempre maus; a força sem a justiça será acusada. É preciso, pois, reunir a justiça e a força; e, dessa forma, fazer com que o que é justo seja forte, e o que é forte seja justo”.<sup>18</sup>

A fortuna, para Maquiavel, não é uma força imbatível, podendo, pelo contrário ser revertida parcial ou inteiramente. Mas o indivíduo encontra seus principais obstáculos nele próprio: em sua falta de flexibilidade, motivada pelo próprio caráter ou pelo apego a experiências passadas.<sup>19</sup> A fortuna, em síntese, afeta quem dela não sabe se defender: “[...] o seu poder é manifesto onde não existe resistência organizada, dirigindo ela a sua violência só para onde não se fizeram diques e reparos para contê-la”.<sup>20</sup>

O poder ganho apenas pelo concurso da fortuna é incerto e precário, e aqueles que o obtêm deste modo dificilmente conseguem mantê-lo: “Não tem nenhuma dificuldade em alcançar o posto, porque para aí voam; surge, porém, toda sorte de dificuldades depois da chegada”.<sup>21</sup> Por isto, Maquiavel critica Amílcar por este ter sido basicamente favorecido pela fortuna: “Consideradas, pois, suas ações e méritos, não se encontrará coisa, ou senão, muito pouca, que se possa atribuir à fortuna”.<sup>22</sup> Delineia-se, aqui, o parâmetro valorativo do autor; a *virtú* como valor supremo e fonte necessária do poder.

A oposição fortuna/*virtú* se dá, segundo Sfez, em termos de oposição macho/fêmea, e em termos de uma linguagem que evoca a animalidade.<sup>23</sup> A *virtú*, portanto, é energia capaz de conter a fortuna e é associada por Maquiavel à juventude:

<sup>17</sup> Cf. MAGNARD, Pierre. **Pascal**: la clé du chiffre. Paris: Éditions Universitaire, 1991, p. 224.

<sup>18</sup> PASCAL. **Pensamentos**. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 113.

<sup>19</sup> Cf. McINTOSH, Ronald. The modernity of Machiavelli. **Political Theory**, London, Sage, v. 12, n. 2, p. 190, 1979.

<sup>20</sup> MAQUIAVEL. **O Príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 103.

<sup>21</sup> Ibid., p. 27.

<sup>22</sup> Ibid., p. 36.

<sup>23</sup> Cf. SFEZ, Gérauld. **Machiavel, la politique du moindre mal**. Paris: PUF, 2001, p. 31.

‘A sorte, como mulher, é sempre amiga dos jovens, porque são menos circunspectos, mais ferozes e com maior audácia a dominam’.<sup>24</sup> Por isso, a fortuna é vista por ele como “amiga da juventude”, sendo o mito de Rômulo associado pelo autor ao poder da juventude, à natureza no ápice de seu poder criativo.<sup>25</sup> Maquiavel, segundo Lefort, escreve para os jovens: “É para eles que vão seus pensamentos; a liberdade que empresta a seus movimentos é a única que julga apta a esposar o movimento de sua própria reflexão”.<sup>26</sup> E isto o leva, concluir Lefort, a conferir a seus textos um sentido pedagógico, advertindo a juventude da necessidade de uma teoria política que, fundamentando a revolução, colocará em debandada os arautos da Tradição.<sup>27</sup>

*Virtú* é, também, sabedoria, e Maquiavel esclarece sua importância: “[...] nada mais adequado para conter a multidão que se levanta, excitada, do que um homem sábio, que goze de respeito, e que se dirija a ela com a autoridade que lhe dá sua virtude”.<sup>28</sup> *Virtú* é, portanto, autoridade exercida de forma racional, de maneira que a intervenção racional é, para Maquiavel, inseparável da *virtú*.<sup>29</sup> E ainda, um povo sábio, culto, é um povo que a possui. É a quantidade de *virtú* que define, para Maquiavel, o nível da cultura humana.

O conceito de virtude, em Descartes, está ligado à moral e ao conhecimento, enquanto, em Maquiavel, está ligado ao poder. Teixeira situa tal conceito no pensamento cartesiano, ao afirmar: “a virtude aí se define não só como um esforço da vontade para bem aplicar na conduta os nossos melhores juízos, mas também como um esforço da vontade no sentido de procurar os melhores juízos possíveis no que diz respeito à conduta”.<sup>30</sup> Já em Maquiavel, procura da virtude e êxito nos negócios políticos são tratadas como questões separadas, com a virtude política sendo pensada em termos de eficácia para conduzir o príncipe ao poder e lá mantê-lo.<sup>31</sup> Cria-se, portanto, um contraste que termina por sublinhar, ironicamente, o contraste entre a constante teorização do sucesso feita por Maquiavel e os fracassos políticos que selaram, por fim, seu destino.

<sup>24</sup> MAQUIAVEL. **O Príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 105.

<sup>25</sup> Cf. RAIMONDI, Ezio. **Política e commedia**. Bologna: Mulino, 1998, p. 140.

<sup>26</sup> LEFORT, Claude. **As formas da História**: ensaios de antropologia política. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 169

<sup>27</sup> Ibidem, p. 181.

<sup>28</sup> MAQUIAVEL. **A arte da guerra e outros ensaios**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982, p. 169.

<sup>29</sup> Cf. SFEZ, Gérald. **Machiavel, la politique du moindre mal**. Paris: PUF, 2001, p. 213.

<sup>30</sup> TEIXEIRA, Lívio. **Ensaio sobre a moral de Descartes**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 19.

<sup>31</sup> Cf. SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 69.

O conceito de *virtú* fundamenta, portanto, a teoria política elaborada por Maquiavel e, inclusive, o republicanismo que nela se encontra presente, o que Andrade salienta ao ressaltar a existência de uma acepção republicana do termo *virtú*, presente, principalmente, nos *Comentários* e na *Arte da Guerra*: “*Virtú* é a capacidade tanto dos governantes como dos cidadãos, de referir sua ação a valores republicanos, que são universais no campo da política. Mas esses valores só se realizam no enfrentamento dos desafios específicos de cada situação”.<sup>32</sup> E o conceito de *virtú* guarda, segundo Bignotto, uma lição que ainda hoje é imprescindível:

[...] um povo que perdeu a capacidade de agir na esfera pública e que não confia mais nos princípios que estiveram na origem de sua identidade política dificilmente poderá viver de maneira livre, pelo menos da forma como a liberdade é concebida por uma boa parte da tradição republicana e pelo republicanismo em particular.<sup>33</sup>

A *virtú*, portanto, é pensada em termos políticos, e não em termos morais, o que gerou uma ruptura histórica de importância decisiva. Assim, se o catolicismo medieval criou um conceito de virtude moral, contemplativa, segundo Russo, Maquiavel elaborou uma *virtú* técnica e ativa. O homem virtuoso é aquele que age a partir da precisa avaliação de seu próprio meio.<sup>34</sup> E o modelo maquiavélico de *virtú* é, segundo Sfez, pensado com e contra a filosofia clássica,<sup>35</sup> o que fundamentou toda uma nova maneira de pensar a política, presente, por exemplo, na obra de Montesquieu, que retoma o conceito maquiavélico de *virtú*: “Não é absolutamente virtude moral, nem virtude cristã, é virtude política; e essa é a mola que faz mover o governo republicano, como a honra é a mola que faz mover a monarquia. Chamei portanto de virtude política o amor à pátria e à igualdade”.<sup>36</sup>

A *Virtú*, por fim, não é necessariamente associada nem à prosperidade nem à ascense. A riqueza levou à destruição da república romana, o que gera, no pensamento do autor, uma conclusão que Drei sublinha: a *virtú* pode ser vítima de seu próprio sucesso.<sup>37</sup> E a defesa da *virtú* feita por Maquiavel não implica nem remotamente, como acentua Viroli, em uma ética do sacrifício das paixões. Pelo contrário, ele é tolerante

<sup>32</sup> ANDRADE, Régis de Castro. O indivíduo e o cidadão na história das idéias (com um ensaio sobre Maquiavel). *Lua Nova*, num. 57. São Paulo: CEDEC, 2002, p. 65.

<sup>33</sup> BIGNOTTO, Newton. Problemas atuais da teoria republicana. In: CARDOSO, Sérgio. (Org.). **Retorno ao republicanismo**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004, p. 37.

<sup>34</sup> Cf. RUSSO, Luigi. **Machiavelli**. Bari: Laterza, 1994, p. 215.

<sup>35</sup> Cf. SFEZ, Gérald. **Léo Strauss, lecteur de Machiavel**. Paris: Ellipses, 2003, p. 121.

<sup>36</sup> MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 29.

<sup>37</sup> Cf. DREI, Henri. **La vertu politique: Machiavel et Montesquieu**. Paris, L'Harmattan, 1998, p. 98.

com a variedade do mundo. Seu objetivo, enfim, é dar à liberdade e ao afeto particular um apoio político seguro e um fundamento moral.<sup>38</sup>

*Virtú* e fortuna são conceitos pensados por Maquiavel em termos técnicos, e não em termos éticos. A inovação básica proposta por ele é o predomínio da técnica sobre a ética – ou a criação de uma ética de caráter técnico, instrumental –, tendo tal inovação gerado a lenda do maquiavelismo. Mas essa lenda guarda surpresas. Maquiavel, como acentua Merleau-Ponty, surpreende tanto os que seriam rotineiramente classificados como maquiavélicos como os que seriam rotineiramente classificados como moralistas: “Desconcerta tanto aqueles que crêem no Direito como os que crêem na Razão de Estado, já que tem a audácia de falar em *virtude* no momento em que fere duramente a moral comum”.<sup>39</sup>

A discussão ética proposta por Maquiavel recusa-se, ao mesmo tempo, a submeter-se a paixões e a princípios transcendentais, não havendo, para ele, valores absolutos a partir dos quais a atividade humana possa ser avaliada. Não existem para ele, como lembra Shumer, padrões estabelecidos além do homem.<sup>40</sup>

A ética maquiavélica é racional e secular e considerações podem ser feitas quanto a ambos os aspectos. Quanto ao primeiro, Nisbet compara Maquiavel, em termos morais, a um artista renascentista: “Maquiavel estava simplesmente submetendo a política, guerra e moralidade à mesma ótica desapaixonada a que muitos artistas submetiam seus óleos ou seus mármore”.<sup>41</sup> E ainda quanto ao primeiro aspecto, segundo Koyré, “o imoralismo de Maquiavel é pura lógica. Do ponto de vista em que se coloca, a religião e a moral são apenas condicionantes sociais. É preciso saber lidar com fatos com os quais se possa contar. Isso é tudo”.<sup>42</sup>

A racionalidade é, para Maquiavel, ao mesmo tempo uma estratégia discursiva e uma arma que usa o conhecimento histórico para construir um discurso pautado pela busca da eficácia, ao invés dos valores morais ligados a uma tradição de fundo cristão. Na construção do texto, ele usa uma estratégia descrita por Ames:

De modo geral, o exame de determinada questão inicia pela formulação do problema de forma que as saídas se ofereçam como

<sup>38</sup> Cf. VIROLI, Maurizio. **Republicanesimo**. Bari: Laterza, 1999, p. 62.

<sup>39</sup> MERLEAU-PONTY, Maurice. **Signos**. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 237.

<sup>40</sup> Cf. SHUMER, S. M. Machiavelli: republican politics and its corruption. **Political Theory**, London, Sage, v. 7, n. 1, p. 19, 1979.

<sup>41</sup> NISBET, Robert. **Os filósofos sociais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 75.

<sup>42</sup> KOYRÉ, Alexander. **Estudos de História do pensamento científico**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 20.

antitéticas, propondo sempre uma solução contra a outra, percebendo em cada situação somente as possibilidades extremas e opostas.<sup>43</sup>

E o que podemos pensar, segundo Jasmin, como “arma principal” utilizada por Maquiavel? “O recurso à evidência histórica como comprovação da necessidade de ultrapassar as exigências éticas da virtude tradicional, de modo a tornar mais eficazes as ações dos príncipes na obtenção de seus fins”.<sup>44</sup>

Já o segundo aspecto nasce de uma recusa. Não existem, para Maquiavel, verdades “éticas” cuja validade seja inteiramente independente em relação às escolhas humanas que se dão em contextos particulares, o que faz com que qualquer ideal normativo possa ser justificado em termos de sua capacidade de satisfazer necessidades historicamente definidas.<sup>45</sup> Maquiavel recusa qualquer noção de absoluto para enquadrar a ação humana, pregando uma lição que seria absorvida, entre outros autores por Hannah Arendt. Esta inspira-se em Maquiavel, segundo Duarte, para definir a bondade e a maldade em sentido absoluto como ilimitados. E, por isso mesmo, situando-se em um espaço alheio à legitimação discursiva, alheio à comunicação persuasiva e agindo sobre as instituições, por isso mesmo, no sentido de destruí-las.<sup>46</sup>

A ética, por fim, deve atender a interesses políticos, mas deve ser, igualmente, um instrumento de mediação entre o indivíduo e o Estado, bem como entre os diversos grupos sociais. Desta forma, se o embuste é, segundo Manent, definido por Maquiavel como o estratagema a partir do qual o homem pode mudar de condição, ele é também o meio a partir do qual o indivíduo consegue manter sua situação perante o Estado.<sup>47</sup> Por isso, na biografia de Catruccio Castracani, Maquiavel define como modelar seu uso da fraude no lugar da violência: “Se podia vencer pelo engano não tentava obter pela força, dizendo que a glória provém da vitória, não do modo como é obtida”.<sup>48</sup> E dessa forma, ainda, a ética, para Maquiavel, não é capaz de sobrepor-se aos conflitos, nem é desejável que isto ocorra, o que dá à crítica feita por ele aos “princípios éticos eternos” um sentido preciso que Bignotto salienta: “Não é tanto contra a ética tradicional que ele

<sup>43</sup> AMES, José Luiz. **Maquiavel**: a lógica da ação política. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002, p. 37.

<sup>44</sup> JASMIN, Marcelo Gantus. **Racionalidade e história na teoria política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 19.

<sup>45</sup> Cf. FEMIA, Joseph V. **The machiavellian legacy**. Essays in italian polyical thought. London: Macmillan, 1998, p. 55.

<sup>46</sup> Cf. DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura**: política e filosofia em Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 18.

<sup>47</sup> Cf. MANENT, Pierre. **Naissances de la politique moderne**: Machiavel. Hobbes. Rousseau. Paris: Payot, 1977, p. 21.

<sup>48</sup> MAQUIAVEL. **A arte da guerra e outros ensaios**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982, p. 58.

lança seus ataques, mas contra a idéia de que uma regulação do conflito poderia anulá-lo completamente”.<sup>49</sup>

### III

Um personagem de André Malraux chega a uma conclusão que traduz o pensamento de Maquiavel: “Você disse uma coisa que me impressionou: é que não se pode fazer política adstringindo-se rigorosamente à moral, mas também não se pode fazer política sem moral”.<sup>50</sup> E outro personagem extrai, desta conclusão, o seu corolário: “Há uma política da justiça, mas não há partido justo”.<sup>51</sup>

Maquiavel, como o personagem de Malraux o faz, não limita-se a ignorar a moral em termos políticos. Simplesmente, constata ser inviável a ação política a partir dos conceitos habituais de bem e mal. Mais que traçar caminhos pouco virtuosos para o sucesso individual, Maquiavel afirma que o bem produzido pela ordem política pode decorrer da ação do mal, gerando um quadro cuja incoerência não é passível de explicação a partir da moral convencional.<sup>52</sup> Ele vê o jogo político, na expressão de Cassirer, como um jogo de xadrez. Estuda detalhadamente suas regras, mas sem a menor intenção de criticá-las ou de transformá-las.<sup>53</sup>

Não se trata, pois, de idealizar um regime político que tome a bondade como base. Ele recusa o caminho especulativo, baseado em regimes políticos ideais e historicamente inviáveis, e limita-se ao terreno da realidade, onde a bondade não existe ou é politicamente prejudicial a quem a exerce. Afirma, então:

E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o como se vive e o modo porque se deveria viver, que quem se preocupar com o que se deveria fazer em vez do que se faz aprende antes a ruína própria, do que o modo de se preservar; e um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruine entre tantos que são maus.<sup>54</sup>

E a bondade e a clemência podem, por fim, gerar desastres que a crueldade poderia evitar, o que o leva a exortar. “Não deve, portanto, importar ao príncipe a

<sup>49</sup> BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel republicano**. São Paulo: Loyola, 1991, p. 95

<sup>50</sup> MALRAUX, André. **A esperança**. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.], p. 203

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 375.

<sup>52</sup> Cf. FISCHER, Markus. **Well-ordered license: on the unity of machiavelli's thought**. Lanham: Lexington Books, 2000, p. 190.

<sup>53</sup> Cf. CASSIRER, Ernst. **El mito del Estado**. México: Fondo de Cultura Económica, 1947, p. 170.

<sup>54</sup> MAQUIAVEL. **O Príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 63.

qualificação de cruel para manter os seus súditos unidos e com fé, porque, com raras exceções, é ele mais piedoso do que aqueles que por muita clemência deixam acontecer desordens, das quais podem nascer assassínios ou rapinagem”.<sup>55</sup> O príncipe deve, portanto, pensar não em termos de qualidades morais, mas em termos de signos políticos, que deverão indicar seu comportamento futuro ou possível.<sup>56</sup> E a obrigação moral que deve sua impulsionar atividade deve ser a obrigação de vencer: “Na realidade, a obrigação moral do príncipe é como a de um soldado que deve alcançar a vitória por qualquer preço”.<sup>57</sup>

Maquiavel não coloca em questão a justiça e, sim, seus eventuais resultados. Afirma, então: “O desejo de conquistar é coisa verdadeiramente natural e ordinária e os homens que podem fazê-lo serão sempre louvados e não censurados”.<sup>58</sup> Tal desejo impõe sua moral, reconhecida por mais de um autor. Encontramos, em Espinosa, por exemplo, instruções que lembram, evidentemente, a moral maquiavélica. Tomemos, por exemplo, este trecho de *O Príncipe*: “E que, em verdade, não há garantia de posse mais segura do que a ruína. Quem se torna senhor de uma cidade tradicionalmente livre e não a destrói será destruído por ela”.<sup>59</sup> E cotejemo-lo com um trecho escrito por Espinosa:

Não se deve fazer guerra senão tendo em vista a paz e, feita esta, devem ser depostas as armas. Quando as cidades são conquistadas e o inimigo vencido, é preciso pôr tais condições de paz que as cidades tomadas permaneçam sem guarnição, ou, então, é necessário conceder ao inimigo por tratado a possibilidade de as resgatar, ou (se a força de sua situação inspirar receio) é preciso destruí-las inteiramente e transportar os habitantes para outro lugar.<sup>60</sup>

Importa, para Maquiavel, o fim a ser alcançado, não os meios a serem utilizados para alcançá-lo. Por isso, com várias formas de governos, por caminhos os mais diversos torna-se possível alcançar os mesmos objetivos.<sup>61</sup> Por isso, ainda, o uso da fraude é, para ele, instrumento legítimo e, mesmo, necessário de ascensão política, principalmente para quem vem de baixo, o que o leva a afirmar: “O engano, de fato, foi sempre indispensável àqueles que, partindo de condição muito baixa, quiseram subir a

<sup>55</sup> Ibid.

<sup>56</sup> Cf. LAZZERI, Christian. Chapitre XIX du Prince. De la manière de fuir le mépris et la haine In: ZARKA, Yves Charles; MÉNISSIER, Thierry. (Org.). **Machiavel, Le Prince ou le nouvel art politique**. Paris: PUF, 2001, p. 141.

<sup>57</sup> BRONOWSKI, Jacob; MAZLISH, Bruce. **A tradição intelectual do Ocidente**. Lisboa: Edições 70, [s.d.], p. 55.

<sup>58</sup> MAQUIAVEL, 1987, **Op. Cit.**, p. 14.

<sup>59</sup> Ibid., p. 21.

<sup>60</sup> ESPINOSA. **Tratado político**. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 330.

<sup>61</sup> Cf. MAQUIAVEL. **Epistolario, 1512-1527**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 70.

uma mais elevada. Contudo, quanto mais encobertas essas fraudes – como as empregadas pelos romanos – menos censuráveis elas são”.<sup>62</sup> Não se trata, assim, de não mentir, mas de não ser descoberto. Por outro lado, ele especifica situações nas quais a mentira pode e deve ser utilizada: “Embora seja condenável empregar a fraude na vida ordinária, durante a guerra ela é louvável e gloriosa”.<sup>63</sup> O que o leva a ressaltar, ainda:

Quando é necessário deliberar sobre uma decisão da qual depende a salvação do Estado, não se deve deixar de agir por considerações de justiça ou injustiça, humanidade ou crueldade, glória ou ignomínia. Deve-se seguir o caminho que leva à salvação do Estado e à manutenção da sua liberdade, rejeitando-se tudo mais.<sup>64</sup>

Trata-se, portanto, de pensar a política a partir dos meios disponíveis para a obtenção e manutenção do poder e, entre estes meios, inclui-se, por exemplo, o adequado uso, por parte do governante, de sua imagem. Neste sentido, Reyes menciona a necessidade, sublinhada por Maquiavel, de uma aparência moral como meio de obter apoio popular.<sup>65</sup> Já Vissing salienta a importância da aparência na técnica política proposta por Maquiavel: a importância de sua gestão.<sup>66</sup>

Seria ir além das propostas de Maquiavel, contudo, ver, em sua obra, uma recusa da ética, o que Strauss resalta ao interpretar o apelo ao patriotismo presente no último capítulo de *O Príncipe* como um pedido de desculpas por parte do autor por ter ele recomendado, ao longo do texto, cursos imorais de ação.<sup>67</sup> E, como salienta Kritsch: “Ele não rejeita uma visão ética, mas põe em primeiro plano a questão da eficácia, sem a qual a política, para ele, não tem sentido”.<sup>68</sup> Para que tal eficácia seja alcançada, é necessário ordenar as diferentes virtudes, quando, por exemplo, prudência e coragem surgem em conflito, o que torna-se especialmente complexo quando virtudes e política relacionam-se;<sup>69</sup> e elas sempre relacionam-se. E a busca por tal eficácia gera uma oposição: ao opor o conceito de “utilidade” ao conceito de “deve ser”, Maquiavel assinala sua distância em relação aos que pensam a ação política em termos de relação

<sup>62</sup> Id. **Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982, p. 232.

<sup>63</sup> Ibid., p. 417.

<sup>64</sup> Ibid., p. 419

<sup>65</sup> Cf. REYES, Raúl Cardiel. Moral y política en Maquiavel. **Revista Mexicana de Ciencia Política**, México, n. 59, UNAM, p. 35, 1970.

<sup>66</sup> Cf. VISSING, Lars. **Machiavel et la politique de l'apparence**. Paris: PUF, 1986, p. 165.

<sup>67</sup> STRAUSS, Leo. **Thoughts on Machiavelli**. Chicago: The Chicago University Press, 1984, p. 80.

<sup>68</sup> KRITSCH, Raquel. Maquiavel e a construção da política. In: **Lua Nova**, num. 53. São Paulo: CEDEC, 2001, p. 186.

<sup>69</sup> Cf. MANSFIELD, Harvey C. **Machiavelli's virtue**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1996, p. 13.

lógica entre ação e princípios éticos, e relação esta que visa, ainda, a uma universalidade cuja existência Maquiavel recusa.<sup>70</sup>

O terreno da política é visto, por Maquiavel, como o espaço do conflito por excelência. A própria existência do Estado – sua razão de ser – tem a ver, segundo Kritsh, com o conflito e seu encaminhamento: “Construir o Estado envolve ordenar a vida do povo e das pessoas ou grupos, organizando interesses potencialmente conflitantes. Isto pode dar-se tanto pelo abafamento dos conflitos quanto por sua canalização ou regulamentação”.<sup>71</sup> Inexiste para ele, portanto, a neutralidade em política, e qualquer decisão deverá, sempre, agradar ou prejudicar alguém. Daí, ele afirmar:

Não pense nunca nenhum governo poder tomar decisões absolutamente certas; pense antes em ter que tomá-las sempre incertas, pois isto está na ordem das coisas, que nunca deixa, quando se procura evitar algum inconveniente, de incorrer em outro. A prudência está justamente em saber conhecer a natureza dos inconvenientes e adotar o menos prejudicial como sendo bom.<sup>72</sup>

Há espaço para a liberdade neste terreno? A liberdade, para Maquiavel, é um aprendizado, e quem a desconhece, por viver sob as ordens de um conquistador, não conseguirá mantê-la, uma vez tendo obtido-a: “[...] não sabendo garantir sua própria defesa, nem defender a coisa pública dos atentados inimigos, desconhecendo os príncipes e sendo por eles desconhecido, cairá logo sob um jugo muitas vezes mais intolerável do que aquele do qual se libertou”.<sup>73</sup>

Como Maquiavel pensa, segundo Horkheimer, a liberdade humana? Para ele, “[...] o homem é um pedaço da natureza, não se podendo furtar às suas leis. Possui liberdade na medida em que pode agir de acordo com as decisões que toma, não a possui se por liberdade se entender a ausência de condicionamentos naturais”.<sup>74</sup> Já Lefort percebe outra faceta, agora política, do conceito de liberdade proposto por Maquiavel: “A liberdade política se entende por seu contrário; é a afirmação de um modo de existência, em certas fronteiras, de tal sorte que ninguém tem autoridade para

---

<sup>70</sup> Cf. GÓMEZ, Ambrosio Velasco. El criterio de “verdad efectiva” de Nicolás Maquiavelo. **Dianóia**, México, v. XXXI, Fondo de Cultura Económica, p. 26, 1985.

<sup>71</sup> KRITSCH, Raquel. Maquiavel e a construção da política. In: **Lua Nova**, num. 53. São Paulo: CEDEC, 2001, p. 189.

<sup>72</sup> MAQUIAVEL. **O Príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 63

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 69.

<sup>74</sup> HORKHEIMER, Max. **Origens da filosofia burguesa da história**. Lisboa: Presença, [s.d.], p. 31.

decidir assuntos que dizem respeito a todos, isto é, para ocultar o lugar do poder”.<sup>75</sup> As boas leis, para Maquiavel, portanto, não dizem respeito aos direitos individuais e, sim, às obrigações cívicas e seus benefícios para o cidadão. Traduzem-se em termos de segurança pessoal.

A questão da liberdade leva à outra temática de fundamental importância para a compreensão da obra do autor: até que ponto *O Príncipe* adota o ponto de vista do príncipe, até que ponto as *Considerações sobre a Primeira Década de Tito Lívio* adotam o ponto de vista republicano? Talvez não seja esta uma questão pertinente, já que o príncipe é visto pelo autor como mais apto para fundar um Estado, enquanto os republicanos são considerados mais aptos para preservá-los.<sup>76</sup> Esta é a principal qualidade da república, e qualidade inexistente em uma tirania, vista como o pior regime exatamente devido à sua incapacidade em construir instituições políticas permanentes. Maquiavel as vê como inviáveis a longo prazo, o que ajuda a demonstrar seu caráter antinatural.<sup>77</sup>

E, por fim, a questão das origens do poder político e das diferentes formas de Estado é central no pensamento do autor, e boa parte de sua obra pode ser definida como uma tentativa de respondê-la, bem como uma busca de respostas para a seguinte questão: quais virtudes antigas um Estado moderno deve buscar reproduzir? Maquiavel formula a pergunta e ele mesmo a responde:

Honrar e premiar a coragem; não desprezar a pobreza; amar os hábitos e instituições da disciplina militar; induzir os cidadãos a se amarem mutuamente, a viver sem avidez, a buscar menos o interesse privado e mais o interesse público; e outras coisas semelhantes que facilmente se poderiam ajustar aos tempos atuais.<sup>78</sup>

#### IV

O maquiavelismo é uma teoria e transformou-se em um adjetivo. Para compreendê-lo, e preciso situá-lo historicamente e, para compreendermos a transformação da teoria em adjetivo, é preciso avaliarmos sua influência. Tempo e espaço: o mundo político de Maquiavel, lembra Anderson, era composto por tiranos e aventureiros; muito distante, assim, das novas monarquias que surgiam na Europa, das

<sup>75</sup> LEFORT, Claude. **Desafios da escrita política**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999, p. 170.

<sup>76</sup> Cf. STRAUSS, Leo. **Thoughts on Machiavelli**. Chicago: The Chicago University Press, 1984, p. 25.

<sup>77</sup> Ibid., p. 254.

<sup>78</sup> MAQUIAVEL. **A arte da guerra e outros ensaios**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982, p. 21.

quais ele pouco percebeu a força da legitimidade dinástica.<sup>79</sup> Neste mundo, ele é, segundo Oriani, um estrangeiro em seu século, um democrata a aconselhar o despotismo, ligado à sua cidade e exortando a criação de uma pátria italiana, anticlerical e antiluterano.<sup>80</sup> E seu amoralismo é consequência, segundo Burckhardt, da época na qual ele viveu: “Indubitavelmente, a sua objetividade política é as vezes assustadora na sua sinceridade, mas nasceu numa dessas épocas de perigosas crises em que os homens já quase não acreditam no direito e já não pensam na virtude”.<sup>81</sup>

Neste mundo, ele foi, ao mesmo tempo, um político e um humanista. Sua obra foi construída, segundo Dilthey, em meio à interação entre políticos e humanistas de Florença e Veneza, e representa a fusão pessoal entre estes dois tipos históricos.<sup>82</sup>

E, como humanista, ele filia-se a uma linhagem de retóricos e historiadores. Maquiavel preocupa-se em situar-se dentro da tradição humanista, usando estratégias como incluir cada obra num gênero determinado, no qual ela possa ser apresentada como herdeira da tradição histórica florentina.<sup>83</sup> Já Kristeller define o humanismo como um movimento de profissionais da retórica.<sup>84</sup>

E, neste mundo, por fim, ele foi um representante da burguesia nascente. Antes de Maquiavel efetuar a dessacralização da política que está, afinal, na origem do antimaquiavelismo, o comerciante italiano já surgira como representante de uma nova mentalidade, baseada em uma ganância sem inibições e subversiva em relação à ordem social, e mentalidade que, por fim, iria refletir-se na obra do autor

O que é o maquiavelismo? Bobbio define-o como uma interpretação de *O Príncipe* que ressalta o amoralismo do autor em termos políticos, ou seja, privilegiando “[...] a interpretação segundo a qual a ação política, ou seja, a ação voltada para a conquista e a conservação do Estado, é uma ação que não possui um fim próprio de utilidade e não deve ser julgada por meio de critérios diferentes dos de conveniência e oportunidade”.<sup>85</sup> O antimaquiavelismo, por sua vez, é, segundo Chabod, uma tentativa

<sup>79</sup> Cf. ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 166.

<sup>80</sup> Cf. ORIANI, Alfredo. **Niccoló Macciavelli**. Napoli: Alfredo Guida Editore, 1997, p. 147.

<sup>81</sup> BURCKHARDT, Jacob. **A civilização da Renascença italiana**. Lisboa: Editorial Presença, [s.d.], p. 76.

<sup>82</sup> Cf. DILTHEY, Wilhelm. **Hombre y mundo en los siglos XVI y XVII**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1947, p. 34.

<sup>83</sup> Cf. AMES, José Luiz. **Maquiavel: a lógica da ação política**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002, p. 30.

<sup>84</sup> Cf. KRISTELLER, Paulo Skar. **Renaissance thought: the classic, scholastic, humanistic strains**. New York: Harper & Row, 1961, p. 98.

<sup>85</sup> BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant**. Brasília: Universidade de Brasília, 1984, p. 14.

de moldar a fratura entre ensinamento ético e ensinamento político gerado pela obra do autor, que teria provocado uma ruptura radical entre ser e dever ser.<sup>86</sup>

O antimaquiavelismo é fruto, também, da irreligiosidade do autor; de sua recusa em buscar fundamentos religiosos para a ação política. Maquiavel silenciou a respeito de qualquer forma de punição divina e, como acentua Skinner, seu silêncio foi eloquente: “[...] ele ecoou por toda a Europa cristã, encontrando como resposta, primeiro, um assombrado silêncio e, depois, um clamor de execração que finalmente jamais se extinguiu”.<sup>87</sup> Ele deriva, pois, da imagem de um Maquiavel visto como um teórico ateu da política; na definição de Cavaillé, um “Pigmalião do ateísmo”.<sup>88</sup> O escândalo provocado por Maquiavel entre seus leitores renascentistas tem, aí, suas origens: deriva, segundo Kahn, de sua recusa tanto da retórica escolástica quanto do humanismo cristão e idealista.<sup>89</sup>

O antimaquiavelismo gerou distorções tais como a mencionada por Giddens: “Na Inglaterra, pensava-se geralmente que o autor fosse um manancial de depravações, antes de a primeira tradução inglesa de *O Príncipe* ser publicada.”<sup>90</sup> E *O Príncipe* foi visto, ao longo do século XVI e XVII, na descrição de Baron, como um guia diabólico para príncipes, prescrevendo, mesmo, traições e crueldades.<sup>91</sup> Mas transformou o autor, por outro lado, em sinônimo de gênio político, o que faz um personagem de Shakespeare perguntar a respeito dele próprio: “Sou político? Sou sutil? Sou um Maquiavel” (As alegres comadres de Windsor: Ato Terceiro; Cena Um )?

Na Inglaterra, foi mencionada a suposta influência do autor sobre Cromwell e levantada a hipótese de Henrique VIII ter se transformado em um discípulo de Maquiavel.<sup>92</sup> Enquanto isso, na França absolutista, suas estiveram a serviço de uma tentativa de revisão ideológica do direito divino.<sup>93</sup> E, também na França, o

<sup>86</sup> Cf. CHABOD, Federico. **Scritti sur Machiavelli**. Torino: Einaudi, 1993, p. 231.

<sup>87</sup> SKINNER, Quentin. **Maquiavel**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 63.

<sup>88</sup> CAVALLIÉ, Jean-Pierre. Le prince des athées, Vanini et Machiavel. In: SFÉZ, Gérald; SENNELART, Michel. (Coords.). **L'enjeu Machiavel**. Paris: PUF, 2001, p. 61.

<sup>89</sup> Cf. KAHN, Victoria. **Machiavellian rhetoric from the Counter-Reformation to Milton**. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 18.

<sup>90</sup> Cf. GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 285.

<sup>91</sup> Cf. BARON, Hans. Machiavelli: the republican citizen and the author of “The Prince”. **English Historical review**, London, Longmans, v. LXVI, p. 218, 1961.

<sup>92</sup> Cf. DONALDSON, Peter S. **Machiavelli and mystery of state**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 19.

<sup>93</sup> Cf. *Ibid.*, p. 111.

maquiavelismo foi arrolado entre os fatores que levaram ao massacre de São Bartolomeu e à degradação política e social da nação.<sup>94</sup>

O antimachiavelismo não existiria, contudo, se não houvesse o que combater. A influência de Maquiavel foi extraordinária, e a inclusão de sua obra no *Índex* não impediu que ela continuasse circulando pela Europa a partir de várias estratégias editoriais, inclusive o uso de anagramas para permitir e dificultar a identificação de sua autoria.<sup>95</sup> Assim, no início do século do XVII, o conceito de republicanismo em Maquiavel havia sido aceito apenas na Inglaterra.<sup>96</sup> Mas, durante o Iluminismo e no início do século XIX era venerada a figura do Maquiavel revolucionário.<sup>97</sup> E Hegel segundo Cassirer, sonhou transformar-se em um novo Maquiavel, no Maquiavel de seu tempo.<sup>98</sup>

## V

A relação entre política e moral estabelecida por Maquiavel secularizou, portanto, a política. Transformou-a em esfera autônoma, dotada de valores específicos. O pensamento político tem, nela, uma de suas fontes vitais e seus ensinamentos perduram. Maquiavel escreveu uma obra técnica, preocupada em compreender o fenômeno político em suas origens e em seu desenvolvimento. E, de suas idéias, nasceu o maquiavelismo. Mas elas não podem ser responsabilizadas pelos crimes cometidos em seu nome, nem pelos criminosos que, historicamente, acobertaram-se sob seu manto.

---

<sup>94</sup> Cf. KELLEY, Ronald R. Martyrs, myths, and the massacre: the background of St. Bartholomew. **The American Historical Review**, Bloomington, Indiana University Press, v. 77, n. 5, p. 1341, 1979.

<sup>95</sup> Cf. JACOBELLI, Jader. **Machiavelli e/o Guicciardini**: ale radici del realismo político. Milano: Mursia, 1998, p. 129.

<sup>96</sup> Cf. PROCACCI, Giuliano. **Machiavelli nella cultura europea dell'Etá moderna**. Bari: Laterza, 1995, p. 267.

<sup>97</sup> Cf. *Ibid.*, p. 406.

<sup>98</sup> Cf. CASSIRER, Ernst. **El mito del Estado**. México: Fondo de Cultura Económica, 1947, p. 146.